

## **Intervenção da Secretária de Estado do Ambiente, Inês Costa**

### **ABERTURA DO FORUM RESÍDUOS**

**10/11/2020**

Começo por cumprimentar o Dr. João Belo, Diretor-Geral da About Media e todos os presentes. E, como é óbvio, não posso deixar de assinalar a minha sincera e sentida homenagem, pública, ao Professor Fernando Santana, que desde muito cedo soube perceber os enormes desafios que se apresentavam ao país em matéria de serviços essenciais de ambiente, e nunca deixou de apontar fragilidades, soluções e boas-práticas.

Há um ano, sensivelmente, aqui estive convosco virtualmente para vos dar um ponto de situação do trabalho em curso: 1) falei do relativo desconhecimento sobre o âmbito de atuação e responsabilidades de cada agente no contexto socioeconómico nacional; 2) da visão enviesada do princípio do poluidor-pagador e da responsabilidade alargada do produtor; 3) da relativa estagnação de desempenho pelo denominador mínimo comum em matéria de valorização dos recursos nacionais.

Mas esse ano completou-se também com trabalho importante, nomeadamente: 1) pela primeira vez impôs-se a objeção sistemática de entrada de resíduos para aterro na ordem das 270 mil toneladas; 2) o Plano de Aterros e o Plano de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) levado a cabo no âmbito do Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA) permitiu robustecer as regras de deposição de materiais em aterro, e as medidas de redução de impactes indiretos, formar mais de 100 pessoas em matéria de fiscalização, e atualizar licenças; 3) transpusemos uma série de diretivas e atualizámos legislação com impacto na atividade deste setor e das empresas no geral - o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), o UNILEX, a lei dos aterros, a diretiva de plásticos de uso único, para citar algumas – que foram alvo de intenso debate, em múltiplos fóruns e inclusivamente conduzindo a alterações firmadas pela Assembleia da República.

E nem sequer falei da continuidade do trabalho no âmbito da pandemia COVID (se bem se lembram, no início do ano ainda havia confinamento), em todo o trabalho no contexto da

Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, em peças inovadoras como o primeiro regulamento assente na visão de economia circular associada a um produto, as baterias, ou do trabalho que desenvolvemos no âmbito do Fundo Ambiental: o ProResíduos, que ao longo de cinco edições e num contexto particularmente difícil, teve uma reação muito positiva por parte dos formandos, o apoio à elaboração dos Planos Municipais de Biorresíduos, que abrangeu mais de 80% do território, os avisos dos BioBairros, o apoio aos pilotos incentivo deposito de embalagens que incluiu também o apoio EEA Grants, o JUNTAR +, a reciclagem da TGR (cujas regras estão a ser finalizadas pelo Fundo Ambiental, tendo em conta todas as alterações) ou o ainda em aberto apoio a sistemas de reutilização de embalagens no *take-away*.

Perdoem-me este “dumping” de atividade, mas a verdade é que nunca parámos de trabalhar, tal como vocês. É trabalho não glamoroso, que não gera comunicados atraentes, mas que é necessário e importante. Podemos ter as nossas diferenças de opinião sobre como atuar, mas tenho a certeza que todos entendemos a pertinência dos objetivos que estão em cima da mesa – sob a forma de metas, compromissos, ou ambições – e o que eles significam para a competitividade do país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não somos alheios às notícias que têm vindo a público relativamente ao desempenho nacional em matéria de gestão de resíduos.

Ainda esta semana a Agência Portuguesa do Ambiente publicou o Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU) de 2020, com uma análise franca sobre o desempenho nacional nesta matéria, e que encontrará certamente eco na área dos resíduos não urbanos, já que a produção destes também tem vindo a aumentar significativamente.

Obviamente que estes resultados não podem ser atribuídos apenas a uma política ou uma decisão. Resultam sim de um conjunto de fatores sociais, económicos e ambientais que inclusivamente extravasam a área governativa do ambiente.

Senão vejamos: o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) I abordou o encerramento das lixeiras e o estabelecimento das bases dos sistemas de gestão que hoje conhecemos. No PERSU II era claro que tínhamos de separar os biorresíduos do lixo

indiferenciado, e implementar um sistema PAYT – “Pay-As-You-Throw” - que incentivasse a recolha seletiva. O PERSU 2020, apesar de também dar destaque a essa necessidade, pouco conseguiu avançar. Quando o XXI Governo tomou posse, teve de lidar com a dificuldade adicional em desbloquear investimentos europeus, o que só foi alcançado no final de 2018, portanto três anos sem financiamento aprovado o que, para quem tem de cumprir metas, é quase uma eternidade.

Em 2018 chega a revisão da Diretiva Resíduos, que eleva a fasquia das metas de reciclagem, com novos métodos de cálculo, novos fluxos específicos e impondo a obrigação de recolha seletiva de biorresíduos até ao final de 2023 – prova de que a estratégia do PERSU II era, de facto, a correta.

Importa, pois, retomar uma abordagem que estava de certa forma suspensa, com instrumentos relevantes como o PAYT ainda por ser concretizados, com alterações substanciais por fazer, como a reorganização dos Tratamento Mecânico e Tratamento Biológico para linhas separativas. Como calculam, este caminho é difícil. E há exigências adicionais que se perfilam no horizonte, a saber: 1) metas de redução de produção de resíduos; 2) metas de redução de fração resto; 3) limitações à movimentação de resíduos de plástico, ou 4) novos fluxos específicos que são precisos gerir, para citar algumas.

Como é que podemos dizer que o Governo é o único responsável pelo falhanço das metas de reciclagem, se passamos o tempo a ouvir “separar é caro, não posso onerar a tarifa”, ou “o cidadão não quer”, ou “não aceitamos eco valores tão elevados”, ou “não uso reciclado porque a matéria-prima é mais barata, não há vantagem”?

É por isso que este não é um “problema de um homem só”. É um problema sistémico, de um sistema de produção e consumo enviesado e que alimenta este estado de coisas, e altamente resistente à mudança. Mas, não baixámos os braços – como puderam constatar pelas referências no início da minha intervenção - compreendendo e, até certo ponto, aceitando as circunstâncias que se criaram, e tentando não comprometer a visão em que continuamos a ver mérito.

Continuamos a trabalhar para que os apoios do POSEUR cheguem ao terreno: desde setembro de 2019 conseguimos aprovar mais 107 candidaturas, o que representou mais

128,8 Milhões de euros de Fundo de Coesão aprovado, o que nos permitiu ir de uma taxa de execução de 27% para 61%. Na sua conclusão, teremos investido neste ciclo cerca de 332 milhões de euros de Fundo de Coesão em matéria de valorização de resíduos.

Segue agora a transformação do POSEUR para o novo Programa Operacional Temático da Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos, 2021-2027.

Neste momento, e como noticiado, o Governo encontra-se em audições, mas preservo as expetativas de que se consiga praticamente dobrar o pacote inicial do POSEUR para esta área, chegando a um total de cerca de 600 milhões de euros. Mas – e há sempre um mas – não podemos deixar de incluir neste pacote investimentos destinados especificamente a trabalhar os princípios da economia circular, para que se possa de facto evoluir de uma gestão de resíduos para uma gestão de recursos, tal como o PNGR e o PERSU 2030 preconizam.

Mas, uma vez mais, minhas senhoras e meus senhores, não posso deixar de o dizer: para que o vosso investimento – humano, económico, social – seja recompensado, é preciso mudar o nosso ADN organizacional e de valor.

Do lado da cidadania ambiental há um claro desequilíbrio entre aquilo que os portugueses dizem ser fundamental – a mudança de comportamentos, favorecendo medidas Governamentais para esse efeito, segundo o ultimo inquérito do Banco Europeu de Investimento sobre Clima e Ambiente – e aquilo que se observa no terreno: como por exemplo na recolha seletiva, que continua sem descolar dos 20% apesar de nos últimos anos ter existido um incremento no número de infraestruturas para o efeito; ou nos efeitos NIMBY (*Not In My Back Yard*) associados às infraestruturas de gestão de resíduos, como os aterros, exacerbadas pela reação muito humana de rejeição de tudo o que incomoda. Mas o que está em causa é muito mais do que “não faças do teu problema nacional o meu problema local”: porque, no final do dia, os cidadãos, as empresas e atividades locais também são utilizadores dessa infraestrutura e para que a mesma seja redundante, todos têm de se comprometer com as necessárias mudanças na sua própria conduta.

Mas também do lado dos produtores e do retalho é preciso atuar. Ainda não descolámos da ideia das “taxas e taxinhas”, da “burocracia ambiental” ou dos “custos de contexto” – quando

mais na COP26, se fala de taxonomia de financiamento sustentável, taxa de carbono, de produtividade material e circularidade.

E não resisto a partilhar um exemplo de como mesmo conceitos como o da “economia circular” podem ser rapidamente desvirtuados: ainda há algumas semanas li uma notícia sobre uma marca famosa de marroquinaria, sobre a qual se descobriu que existia uma diretiva interna aos funcionários para danificar deliberadamente as suas mercadorias não vendidas antes de as deitar no lixo, como forma de reduzir a fatura fiscal da empresa. Ironicamente, a mesma marca disponibilizava “serviços de reparação” aos seus clientes, como forma de “contribuir para a redução da deposição em aterro e assim o impacto dos seus clientes sobre o planeta”.

Obviamente que se as nossas retomas económicas após crises continuam a assentar em estímulos ao consumo, e esse consumo assenta em produtos com tempos de vida curtos – como se pode constatar claramente no caso dos Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, por exemplo - que incluem a utilização de materiais de embalagem múltiplos, ou feitos com materiais complexos ou de difícil recuperação, reparação ou reciclagem, não há selo de “100% reciclável” ou “100% circular” que ajude a atenuar a nossa pegada material ou a nossa consciência.

Precisamos de abandonar este caminho de linearizar a sustentabilidade e de jogar com as palavras para conseguir transmitir uma imagem verde de um determinado produto que é apenas superficial. E há apoios para quem quer, de facto, fazer caminho: aqui ao lado, na área governativa da economia, estão ainda a ser disponibilizados *Sistema de incentivos à inovação, Inovação Produtiva alinhada com transição climática*, o PRR nas Agendas/Alianças verdes para a reindustrialização (372 milhões de euros) e na descarbonização da indústria (715 Milhões), por exemplo.

Por isso, e se me permitem, quero lançar o desafio ao Dr. João Belo para que nas próximas edições do Fórum Resíduos faça o convite também à área governativa da economia para participar nestas jornadas, e dar conta de como as empresas estão a abordar estes desafios, que incluem, por exemplo, a proibição de colocação em aterro de materiais recicláveis como os biorresíduos, ou a obrigação de separação de fluxos materiais na fonte.

Esse é o tipo de ação que precisamos de convocar cada vez mais, para que não seja só um problema da Inês ou do João Pedro: é um problema nosso, que exige soluções conjuntas e transversais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não sei o que o próximo ano nos reserva do ponto de vista governamental; por isso, não queria deixar de dizer que é com muito orgulho que aqui estou, com muito orgulho na equipa que me acompanha e no trabalho que foi feito, por mais sinuoso e tortuoso que seja.

Possivelmente muitos de vós gostariam que esse caminho fosse mais reto, sempre a subir, direito à resolução das vossas ansiedades. Mas recordo que de um labirinto se sai, mas o mesmo não poderei dizer de uma linha reta.

Muito obrigada pela oportunidade.